

O POETA E O PODER: FAVORES E AFRONTAS¹

Wilton José MARQUES²

- RESUMO: O artigo trata das relações de favor entre os intelectuais e o Estado, notadamente durante o Segundo Reinado no Brasil. Tais relações são explicitadas a partir da contradição entre o processo de inserção do poeta romântico Antonio Gonçalves Dias na burocracia de um Estado escravocrata e sua crítica à escravidão no livro *Meditação*.
- PALAVRAS-CHAVE: Gonçalves Dias; Romantismo; favor; poder.

Já naquele tempo (e dizem que é defeito nosso) o empenho, o compadresco,
eram a mola real de todo o movimento social.

Manuel Antônio de Almeida,

Memórias de um sargento de milícias

A persistência do complexo econômico colonial no Brasil, ao longo do século XIX, contribuiu sobremaneira para o delineamento de uma sociedade cujo poder político praticamente gravitou em torno das oligarquias rurais. De maneira sumária, pode-se dizer que do início do período regencial (1831), passando pela predominância do “tempo saquarema” e sua dupla centralização político-administrativa (1840-1853), até o apogeu do Segundo Reinado (1853-1871) (CARVALHO, 1996, p. 51), as dissensões intralites, permeadas por momentos agudos de enfrentamentos e conciliações, resumiam-se na configuração – e no conseqüente controle – de uma estrutura de poder que fosse mais ou menos centralizada, e na concordância de conservadores e liberais sobre a necessidade de manter intactos interesses e privilégios, o que obviamente passava pela defesa incondicional da própria ordem escravista. Com a exclusão dos escravos da esfera dos direitos, a sociedade que emergiu durante o processo de consolidação do Império brasileiro dividiu-se basicamente entre uma minoria branca que, por ser portadora de liberdade e, sobretudo, de propriedade, constituía a chamada “boa sociedade”, e uma maioria, isto é, o “povo” que, por sua vez, era apenas “livre”.

¹ Esse texto faz parte da pesquisa de pós-doutorado *Uma afronta ao favor? leitura de meditação, de Antônio Gonçalves Dias*, desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre agosto de 2002 e setembro de 2003, sob a supervisão da Prof^a Dr^a Vilma Arêas e financiada pela FAPESP.

² Departamento de Letras – Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCar – 13565-905 – São Carlos – SP – will@power.ufscar.br.

Perpassada por um nítido sentimento aristocrático, essa visão social reducionista expressava – segundo Ilmar de Matos (1987, p. 114) – um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivaram alterar, isto é, o caráter colonial e escravista da sociedade brasileira. Amparada pela própria Constituição de 1824, que, com algumas modificações, vigorou até o fim do Império, a “boa sociedade” confundia-se com a sociedade política que, assentada na metáfora da renda como índice de diferenciação social, restringia a poucos privilegiados o acesso ao poder em si. Para legitimar essa definição de papéis de mando e, ao mesmo tempo, assegurá-los nas mãos da classe senhorial, que ia se consolidando como classe concomitantemente à própria definição do modelo de Estado, adotou-se aqui um sistema eleitoral clientelista que, em linhas gerais, caracterizou-se por fazer favores aos amigos e, por tabela, perseguir os inimigos. Ou, dito de outro modo, o clientelismo corroborou a inexistência no país de um liberalismo propriamente democrático, o que, inclusive, levou Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 160) a afirmar que “a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal entendido”.

Desse modo, ajustando-se como uma luva à necessidade de permanência de privilégios, o clientelismo que, num primeiro momento, excluía grande parte dos “homens livres” do processo político por meio do voto censitário e eleições indiretas, num segundo, inseria-os no mesmo processo pela mão providencial da dependência, premiando com prestígio e algum poder aqueles que, a exemplo do José Dias machadiano, sabiam, acima de tudo, “opinar obedecendo” (ASSIS, 1994, p. 814). Constituído-se ainda hoje em prática comum na vida política brasileira, a relação clientelista, empregada larga e indistintamente por saquaremas e luzias, ajudou a institucionalizar no país uma dinâmica social peculiar – a dinâmica do favor – que, herdada igualmente da mentalidade colonial³, desempenhou, sempre de maneira desigual, um importante papel no processo de ordenação das relações de classe no Brasil.

Elemento inerente às relações clientelistas entre o Estado e a sociedade ou entre ricos e pobres, a dinâmica do favor era usada, em última instância, para o fortalecimento contínuo da hierarquização social que, a todo o momento, procurava assegurar o interesse de poucos. O historiador Richard Graham (1997, p. 300), ao estudar a prática do clientelismo no Brasil oitocentista, vai ainda mais longe, afirmando literalmente que “o clientelismo gerou o Brasil”. Para o brasilianista, ao mesmo tempo em que sustentava a parafernália do Estado, o clientelismo era sua razão de ser e, baseado na troca de gratidão por favor, criou uma imensa teia de interesses recíprocos que garantiu não somente a manutenção da ordem, como também deu estabilidade ao poder dos grandes proprietários.

³ O entranhamento do favor na sociedade brasileira articula-se com a preeminência dos “laços afetivos” que, de certo modo, ordenavam as relações sociais no interior do patriarcalismo colonial; é a persistência da “herança rural”, a que se refere Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

É dentro desse cenário histórico peculiar, em que, como observa Emília Viotti da Costa (1999, p. 249), o político não representava o **povo**, mas aparecia, aos olhos de todos, apenas como o seu **benfeitor**, que as relações de dependência clientelista se tornaram instrumento vital para a perpetuação das oligarquias no poder. No caso específico de uma pequena parcela da população livre – notadamente a dos homens letrados oriundos da classe média urbana – sua inserção social dependia muito mais de “laços afetivos” com o proprietário rural (ou com alguém ligado à órbita de influência deste), de quem esperavam a concessão do favor, do que propriamente de sua competência. Isso, de certa forma, gerava, por parte de quem almejava o favor, a necessidade latente de uma cumplicidade recíproca que lhe garantia uma real possibilidade de ascensão social.

Assim, privados pela ordem escravista de alternativas econômicas, esses homens tiveram como destino natural (e único) o aparelho burocrático do Estado. E, regida basicamente por critérios clientelistas, “a burocracia era instável e ineficiente, sendo sua própria instabilidade condição essencial ao sistema de clientela”, o que reforçava ainda mais a dependência dos grupos urbanos em relação aos proprietários rurais (COSTA, 1999, p. 249). Ou, em outras palavras, diante da necessidade de manutenção do poder político, a predominância econômica da ordem escravista forjou um modelo de Estado que, assentado na política do favor, tornou, na célebre tese de Joaquim Nabuco, o emprego público uma espécie de “vocaçã de todos”, sobretudo para as alas decadentes da grande propriedade rural e para os setores médios urbanos ou, como melhor definiu Nabuco (2000, p. 128), “os pobres inteligentes”, isto é, “todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento”. Discutindo tanto a tese de Nabuco do funcionalismo público como vocação de todos, quanto a tese de estamento burocrático, de Raymundo Faoro, esboçada em os *Donos do poder*, José Murilo de Carvalho, usando aquilo que Guerreiro Ramos chamou de dialética da ambigüidade, afirma que

o emprego público constituía a principal alternativa para os enfeitados do latifúndio escravista, mas uma vez no governo, os funcionários e a elite em geral não podiam matar a galinha dos ovos de ouro que era a própria agricultura de exportação baseada no trabalho escravo, fonte da maior parte das rendas públicas. (CARVALHO, 1996, p. 151)

Portanto, fazer parte do aparelho burocrático do Estado, de quem tudo se espera, era, na realidade chã do cotidiano, a única saída para os “pobres inteligentes”, categoria em que se inclui, se não a totalidade, ao menos a grande maioria dos escritores românticos. Entre os vários “homens de merecimento” que lançaram mão desse expediente de ascensão social, estavam, entre outros, Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar.

Diante do caráter de missão que então norteava o Romantismo brasileiro para a construção de uma literatura autenticamente nacional, cuja preocupação – expressa já no emblemático prefácio “Ao leitor” da *Revista Niterói* (1836) – era a de aliar o “amor ao país” ao desejo de ver “a pátria marchar na estrada luminosa da civilização”, o papel desempenhado pelos literatos românticos, presos ao compromisso do emprego pelo favor, adiciona um outro problema para o crítico que se propõe a analisar seus projetos literários, isto é, o de saber até que ponto a dependência do emprego público – agravada pelo incipiente número de leitores que os impedia de viver apenas do labor literário – refletia uma maior ou menor complacência em relação às mazelas da sociedade brasileira, e notadamente em relação à própria ordem escravista.

Respondendo e, de certo modo, ampliando o problema da dependência do escritor para a do intelectual – apesar de ambos praticamente se confundirem –, Emília Viotti da Costa (1999, p. 261), focando sua atenção nos setores médios urbanos da sociedade brasileira, afirma que estes “não chegaram a assumir posição autônoma ou fundamentalmente renovadora, a despeito de nas suas vagas e contraditórias aspirações divergirem, às vezes, da visão do mundo característica das oligarquias”. Analisando, a importância da “classe média”, emblemática na figura do bacharel em Direito, grau de instrução majoritário entre os românticos, a historiadora salienta que o melhor testemunho da atitude dos “bacharéis” é dado pelo comportamento dos intelectuais que

localizando suas atividades nos centros urbanos mais importantes, onde o contato com a cultura européia e com a vida urbana lhes dava relativo distanciamento da realidade rural, opunham-se às vezes, teoricamente, ao domínio das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. (COSTA, 1999, p. 261)

No entanto, se, por um lado, criticam o latifúndio e a escravidão, por outro, complementa a historiadora,

continuavam, [...], na dependência das oligarquias que queriam combater, ocupando cargos públicos para os quais eram nomeados por interferência de elementos da oligarquia, escrevendo em jornais ou revistas, publicando livros que se destinavam a um público leitor cujos limites não ultrapassavam muito os da oligarquia ou dos grupos urbanos que compunham sua clientela. (COSTA, 1999, p. 262)

Apesar de estarem circunscritos aos limites imprecisos das cidades e serem regidos por posições ambíguas, oriundas da convivência forçada entre suas “vagas e contraditórias aspirações” e o emprego público, alguns autores, no entanto, arriscaram-se mesmo assim a tematizar negativamente a escravidão. Se se restringir o problema do favor ao âmbito da literatura em si, sobretudo ao da prosa romântica, e levando-se em consideração a tese de Roberto Schwarz (1988, p. 16) – para quem o favor, mediador das relações sociais, levou os escritores românticos a não tocarem no tema

da escravidão de maneira mais explícita, disfarçando em suas interpretações do Brasil a violência que sempre reinou na esfera da produção –, a publicação na revista *O Guanabara*⁴ do fragmento de *Meditação*, em que o Antônio Gonçalves Dias discute alguns problemas prementes da sociedade brasileira tais como a escravidão e a truculência do poder econômico da elite brasileira, pode exemplificar até que ponto a “independência” crítica de um autor em relação à escravidão era tolerada ou mesmo digerida pela “boa sociedade”. Revestida de tom político, essa obra inacabada do poeta maranhense talvez seja, na afirmação de um crítico (RONCARI, 1995, p. 369), a primeira tentativa de representação global da sociedade brasileira, vista pelo principal motivo de suas deformações e fonte de injustiças e iniquidades: a escravidão.

A despeito de sua crítica direta à escravidão em *Meditação*, não se pode perder de vista que o próprio Gonçalves Dias, a exemplo dos principais autores românticos, também deveu ao mecanismo do favor a sua inserção na burocracia do Império. Percorrendo sua correspondência ativa, principalmente as cartas endereçadas ao amigo Teófilo Leal, é possível rastrear todo o seu processo de inserção na máquina pública e constatar que o poeta não apenas tinha ciência de como as “coisas” funcionavam, como também, em alguns momentos em que ora criticava ora aceitava, assumiu posições contraditórias em relação aos meios necessários para assegurar sua entrada no funcionalismo público. Era a dialética da ambigüidade em ação.

Ao se dirigir para o Rio de Janeiro, em julho de 1846, com passagem paga pela Presidência do Maranhão por empenho pessoal de Teófilo Leal junto a Ângelo Moniz –então Vice-Presidente em exercício⁵ –, Gonçalves Dias levava, além dos manuscritos dos *Primeiros cantos* e dos volumes de Byron e Felinto, várias cartas de recomendação:

Estive com o Vale [José Joaquim Ferreira Vale, companheiro de república em Coimbra] todo o tempo que estive em Pernambuco – conversamos às

⁴ Segundo Helio Lopes (1978, p. 53), o nome da revista precedido pelo artigo masculino se explica, apesar de constar no subtítulo da publicação a expressão “Revista mensal, artística, científica e literária”, pelo fato de os redatores não a considerarem uma revista, mas sim um jornal.

⁵ Em carta ao primo Antonio Henriques Leal, autor da primeira biografia de Gonçalves Dias, Teófilo Leal relata o acordo que fez com Ângelo Moniz à revelia do poeta. Em troca da passagem, Gonçalves Dias deveria assumir interinamente a promotoria de um caso de interesse de Muniz; entretanto, como o promotor efetivo reassumiu posteriormente o caso, o poeta não precisou pagar o favor da passagem. “Era em 1846, creio, – escreve Teófilo – e estando eu de visita em casa de Ângelo Moniz, então Vice-Presidente em exercício, lembrei-me repentinamente, e sem que houvesse consultado o Dias, de pedir-lhe uma passagem de estado em um dos vapores do sul para o Dias. Concedeu-ma prontamente – mas andando o Moniz muito empenhado em que fosse julgado pelo Júri um processo, aliás insignificante – mas que sem razão suspeitava de que o Promotor de então queria patrocinar – porque lhe oficiara alegando que não podia funcionar naquela sessão – pediu-me igualmente que lhe fizesse o Dias o favor de aceitar interinamente o cargo de promotor – para o qual ia nomear. A generoso, generoso e meio – aceitei pelo Dias – e voei, para a nossa casa da rua de Santana, a anunciar a boa nova ao Dias” (PEREIRA, 1943, p. 72).

estopinhas – estive com o Mamede [José Mamede Alves Ferreira, antigo companheiro de Coimbra que se estabelecera em Recife, onde sua família tinha influência política] que me deu 2 cartas de recomendação para 2 cunhados dele – Deputados. O Vale arranhou-me outra de um seu Colega – para um Desembargador, dizem-me – de muita representação. (DIAS, 1964, p. 45)

Entretanto, de início tais cartas de nada lhe valeram: “Pergunta-mes como fui recebido?! – bem; cartas de recomendação não servem se não de apoquentação; e fazer e receber visitas – nada mais. Ora eu tenho mais que fazer” (DIAS, 1964, p. 47). Aos poucos o poeta – “pasma da estupidez infinita” – ia descobrindo que teria dificuldades para:

encaixar-me nesta cabeça, para tudo o que se diz – vida – e meios de vida – e modos de vida, – e lucro e ganância aquela nunca assaz apreciada prosperidade que os franceses alcançam com gatimanhas e ninharias – os portugueses com pontapés e bofetões, e nós outros os netos de Tupã, com revoluções sem modo, nem fim; ou, o que é pior, com vergonha, e humilhações sem termo, de rojo aos pés de um ministro, que, por que foi vil e baixo quando era subordinado ou ninguém não quer pretendentes, que olhem fito, com a cabeça erguida, e em voz que nada tem de medrosa. (DIAS, 1964, p. 76)

Apesar de constatar que seria difícil para ele se jogar aos pés de um ministro, o poeta, na mesma carta, afirma ao amigo:

Não penses com tudo que eu já desanimei! Fica isso para quando eu bem quiser, porquanto até hoje nada tenho encontrado superior a minha vontade; e seja dito de abono da verdade, – também são poucas as que tenho encontrado inferiores a ela. (DIAS, 1964, p. 76)

Se, por um lado, Gonçalves Dias confiava na sua inabalável vontade para trilhar um caminho próprio na literatura brasileira, por outro, também ia percebendo o quão difícil era a vida de literato no Brasil. Em abril de 1847, ele desabafa ao amigo:

tenho-me convencido, meu Teófilo, que a vida de literato no Brasil, é ora para quem tem dinheiro, quem não o tiver, faz bem em vender-se a um jornalista; ora eu não me quero vender. Poesias, entre nós não rendem. [...] No entanto vou prosseguindo na minha carreira, não porque eu me tenha pelo maior dos nossos poetas, mas talvez porque sou de todos o mais tolo, ou o mais teimoso. (DIAS, 1964, p. 82-3)

A irritação do poeta aumentava na razão direta das dificuldades para sobreviver na Corte sem um emprego. No entanto, mesmo impaciente pela demora, Gonçalves Dias sabia muito bem que acima das escaramuças da política cotidiana, com seus empenhos e favores, estava D. Pedro II e sua fama de humanista. Por isso, em outra carta a Teófilo Leal de agosto de 1847, o poeta explicita o desejo de um dia ser apresentado ao Imperador para, enfim, poder “se arranjar”:

Meu bom Teófilo, isto de Rio de Janeiro vou vendo que não me serve, ou que não lhe sirvo. Há perto de um ano que aqui estou e por ora nada de arranjar-me – até disso vou perdendo as esperanças. Os nossos grandes homens recebem-me com a carinha n’água, namoram-me quase como se eu pudesse dispor de alguns votos, e estou certo que se for bem recebido pelo Imperador a quem terei a honra de ser apresentado um destes dias, ninguém mais será festejado, mais gabado, mais apreciado, e mais acariciado que eu: veremos pois se os bons olhos de S. M. fazem mudar a minha estrela – de promessas já estou farto, de esperanças me vou fartando: e um ano de espera é muito esperar. Qualquer dia embirro os pés na parede, volto a cabeça como um burro cabeçudo e ponho-me ao fresco: vou plantar batatas, que é melhor que fazer versos. (DIAS, 1964, p. 86)

O poeta, obviamente, não precisou ir “plantar batatas”, pois à medida que o seu livro de estréia passa a ter seu valor literário reconhecido pela crítica e pelo incipiente público leitor, ele começa a ocupar um lugar de destaque no interior do Romantismo brasileiro, inserindo-se, por assim dizer, nas instâncias oficiais⁶. Em princípios de agosto de 1847, Gonçalves Dias informa a Teófilo Leal que o também amigo maranhense, João Duarte Lisboa Serra⁷, para quem dedicara quando ainda em Coimbra um de seus primeiros poemas⁸, “entabulou” negociações com vistas a um futuro emprego para o poeta – e que se efetivou no mês seguinte – de professor de Latim e secretário no recém-inaugurado Liceu Niterói:

O Serra entabulou ontem uma negociação a meu respeito: Vai criar-se um Liceu em Niterói. As cadeiras estavam todas dadas menos a de Inglês, e a dos Substitutos; diz ele que é coisa possível arranjar-se uma Cadeira substituída em Idealidades, com a gratificação de Secretário, o que somado tudo junto na ocasião das marés da exatamente metade do que me é preciso para viver no Rio de Janeiro [...]. O que é certo é que tal emprego mesmo realizado é excelente, porque é vitalício, mas precisava também de uma ajuda de custo. (DIAS, 1964, p. 42)

⁶ Ao longo de 1847 saíram vários artigos comentando os *Primeiros cantos*. Os principais, em ordem cronológica, foram: “*Primeiros cantos* – Poesias do Sr. Antônio Gonçalves Dias”, de autoria desconhecida e assinado “Hieronimus” (em *Sentinela da Monarquia*, 5 de abril de 1847); “*Primeiros cantos* do Sr. Gonçalves Dias”, de Firmino Rodrigues da Silva (*Jornal do Comércio*, 10 de maio de 1847); “*Os Primeiros cantos*, do Sr. Antônio Gonçalves Dias”, de autoria desconhecida (publicado inicialmente no jornal *O Progresso do Maranhão*, 9 de setembro de 1847, e reproduzido na *Sentinela da Monarquia*, de 5 de novembro de 1847); e, finalmente, o artigo consagrador de Alexandre Herculano, “O futuro literário de Portugal e do Brasil” (*Revista Universal Lisbonense*, novembro de 1847).

⁷ João Duarte Lisboa Serra, maranhense e companheiro do poeta em Coimbra, foi deputado geral pelo Maranhão aos 29 anos, Presidente da Bahia aos trinta e posteriormente presidente do Banco do Brasil, lugar que conservou até morrer em 1855 no Rio de Janeiro.

⁸ O poema dedicado a Serra, datado de junho de 1841 e publicado posteriormente nos *Primeiros cantos*, era uma homenagem que o poeta fez ao amigo por ocasião da morte da irmã deste, D. Leonor Francisca Lisboa Serra.

Ainda em setembro de 1847, a “estrela” de Gonçalves Dias começava a mudar, pois, apresentado por Manuel Araújo Porto-Alegre, é oficialmente aceito como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criado em 1838, o IHGB desempenhou um papel fundante na construção de uma história comprometida com um “projeto nacional” de país, assentado numa suposta ação civilizadora do Estado. A entrada do poeta no IHGB não apenas representou um primeiro reconhecimento de sua importância literária, mas também o aproximou da elite intelectual e, sobretudo, do próprio Imperador Pedro II que, a partir de 1849, passou a presidir religiosamente as reuniões semanais que aconteciam aos domingos no Paço Imperial⁹. É óbvio que essa proximidade poderia abrir-lhe várias portas, entretanto, Gonçalves Dias queria ser reconhecido apenas por seus méritos literários e não pela via da lisonja fácil. Narrando a Teófilo Leal uma sessão do Instituto Histórico em que recitou um poema em memória do Cônego Januário da Cunha Barbosa, o poeta reafirma a sua independência para com D. Pedro II:

De mim te digo recitei uma poesia que está a sair à luz, e então a julgarás. Só me distingui em não afogar o Imperador à força de baforadas de lisonja, verdadeiras nuvens de incenso. Porque? – Pois estou convencido que ninguém crê mais firmemente do que eu na necessidade do governo monárquico entre nós, ninguém que mais ao Imperador do que eu: tem virtudes que o fazem um homem estimável, tem qualidades de um rei literato; mas parece-me que sempre que se fala na presença de um poderoso é preciso cautela e reserva nos louvores para que não se convertam em lisonjas; é preciso ter alguma coragem para se poder afrontar com certeza na opinião do vulgo, quando acaba de louvar um destes – o epíteto de lisonjeiro ou adulator! É cousa que não poderei fazer nunca, ainda que e sobrasse vontade para isso: não posso, não sei. (DIAS, 1964, p. 104-5)

Em maio de 1848, Gonçalves Dias pede afastamento do Liceu Niterói para trabalhar como redator dos debates do Senado para o *Jornal do Comércio* e dos debates da Câmara para o *Correio Mercantil*. Nesse mesmo ano, ele também passou a colaborar, como crítico literário, no *Correio da Tarde* (novo nome da *Sentinela da Monarquia*)¹⁰. Lúcia Miguel-Pereira (1943, p. 101) aventa a possibilidade de que a

frequência assídua nas duas casas políticas e as conseqüentes relações aí travadas expliquem a nomeação do poeta, em março de 1849, ao cargo de professor de Latim e História do Brasil no Colégio Pedro II por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), então Presidente do Conselho de Ministros.

Em dois de dezembro desse mesmo ano, aniversário do monarca, Gonçalves Dias, M. A. Porto-Alegre e J. M. Macedo, fundadores da revista *Guanabara*, dirigiram-se ao Paço Imperial para presentear D. Pedro II com o primeiro número da revista. Notando que, entre os três escritores, Gonçalves Dias era o único que não possuía qualquer condecoração, o Imperador ordenou que o nome do poeta fosse incluído às pressas na relação dos agraciados com a Imperial Ordem da Rosa¹¹. Segundo Lúcia Miguel-Pereira:

a distinção não só deixou o poeta indiferente, como até talvez contrariado, porque achava que o governo malbaratava as condecorações e estas, assim, pouco significavam. Não cuidou de tirar o diploma, nem de comprar o distintivo, não querendo que o confundissem com ‘tendeiro ou com negreiro’. [...] Foi preciso que [João Duarte] Lisboa Serra lhe fizesse presente da comenda para que a possuísse. (PEREIRA, 1943, p. 102)

Essa informação de que Lisboa Serra custeou tanto o diploma quanto a comenda de Gonçalves Dias aparece, inicialmente, na biografia do poeta escrita por Antonio Henriques Leal (1875, p. 93-4). Entretanto, apesar de ambos os biógrafos louvarem o desprendimento do poeta em não aceitar de imediato a comenda, não deixa de ser curioso que, a despeito do seu medo de ser confundido com “tendeiro ou negreiro”, somente em 9 de junho de 1854, cinco dias antes de embarcar para a Europa, foram pagos ao Tesouro Público, em nome de (ou por) Gonçalves Dias, os impostos necessários à regularização de seu título de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa¹². Ainda em relação ao título, um outro biógrafo, Jomar de Moraes, observa:

o poeta não só passou a portar as insígnias da comenda, conforme se observa em diversos retratos seus, como a indicar, em documentos, sua condição de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, a exemplo do que escreveu no preâmbulo da procuração que em 26 de janeiro de 1859 passou ao major Norberto Augusto Lopes: ‘Antonio

⁹ Segundo Lília Schwarcz, “a participação do imperador não era [...] apenas financeira. Ao contrário, D. Pedro interessou-se pessoalmente pelo IHGB, tendo presidido um total de 506 sessões – de dezembro de 1849 até 7 de novembro de 1889 –, só se ausentando em caso de viagem. [...] Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural” (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

¹⁰ Assinando sua coluna como “*Optimus Criticus*”, Gonçalves Dias, em seu texto de estréia, arrasa o poema *A Independência do Brasil*, de Teixeira e Sousa. Em carta ao correspondente habitual, e reproduzida por Lúcia Miguel-Pereira, ele afirma: “É coisa feita com todo o segredo [...] ninguém sabe quem é o autor, a não ser o Serra, O Antônio Henriques e o B. Vale, que então estava morando comigo: têm dado brado os tais artigos e alguém já me atribuiu a paternidade, o que é certo, mas que ninguém tem o direito de asseverar. O Teixeira e Sousa está mal comigo pelo que me afirmam, e os meus *Cantos*

e *Sextilhas* virá [sic] provavelmente a ser um campo de batalha. O certo é que estreei muito bem...”. (Carta de 24 de fevereiro de 1848) (PEREIRA, 1943, p. 94-5).

¹¹ *Jornal do Comércio*, Segunda-feira – 3 de dezembro de 1949 – nº 330, p.1. (O nome de Gonçalves Dias é o último da lista)

¹² O documento diz: “Ao Sr. Dr. Antonio Gonçalves Dias, nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa por Decreto de 2 de dezembro de 1849, se há de expedir o competente diploma; para que possa pagar no Thesouro Publico os respectivos Direitos se passou o presente. Secretaria d’Estado dos Negócios do Império em 9 de junho de 1854”. Cf. Guia da ordem de pagamento das despesas feitas por Antônio Gonçalves Dias, com o diploma de Cavaleiro da Ordem da Rosa (9 de junho de 1854) (Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional I-5,16,12).

Gonçalves Dias, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. (MORAES, 1998, p. 62 e 78).

Com o aumento natural da fama, Gonçalves Dias foi galgando novos cargos na burocracia e, em 1851, é encarregado pelo ministro do Império, José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre), de examinar o estado da instrução pública e de coletar documentos referentes à história do Brasil nas províncias do norte. Em dezembro de 1852, foi nomeado pelo ministro Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai), oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, partindo, em 1854, para a Europa com a missão de agora coletar documentos sobre o Brasil nos arquivos europeus. Esse cargo de oficial era um antigo desejo acalentado pelo poeta que, em carta a Leal de 27 de outubro de 1847, não só se referia a ele como também à provável dificuldade de conquistá-lo, dado o número de “pretendentes graúdos”: “Vão vagar 2 lugares na Secretaria de estrangeiros: o que me convém é um daqueles Oficialatos (não aceito lugar de Amanuense). São porém lugares de infinitos pretendentes graúdos, razão que me parece que dificilmente o poderei conseguir” (DIAS, 1964, p. 87). Em outra carta, de 31 de julho de 1848, ele volta ao assunto, afirmando ao amigo que, apesar de desejar o cargo, ele tentaria obtê-lo a seu modo, isto é, “sem meter empenhos”:

Quanto ao lugar de Secretário da Legação – é coisa de que por aqui não se tem tratado; como agora está o [Bernardo¹³ de] Sousa Franco nos Estrangeiros talvez alguma coisa se faça, mas não é certo. O que eu pretendo, pretendo à minha moda – sem meter empenhos e sem dar um passo por mim mesmo, – é um lugar de Oficial na Secretaria dos Estrangeiros – tem uns 2 contos e tanto e é lugar vitalício; depois então iremos à Diplomacia, quando já tiver seguro aquele meio de vida. Ora isto é difícil como o diabo: **ergo** rosas. (DIAS, 1964, p. 111).

Não se sabe ao certo se, de fato, o poeta conseguiu o cargo “sem meter empenhos”, mas, na medida do possível, Gonçalves Dias procurou manter sua produção literária a salvo de possíveis ingerências oficiais. Entretanto, o “*imbróglío*” em torno da publicação dos *Segundos cantos* (1848) atesta que, nem sempre, era fácil manter-se imune às relações de favor que regulamentavam a vida literária brasileira. Intermediado pelo amigo João Duarte Lisboa Serra, o poeta recebeu 300R\$ do então Ministro Alves Branco para a publicação do seu segundo livro. O dinheiro, entretanto, estava condicionado – sem prévio conhecimento do poeta – pela dedicatória do livro que Gonçalves Dias deveria fazer ao Ministro. A explosão irada do poeta revela-se no trecho a seguir da carta que escreveu a Teófilo Leal, em 26 de julho de 1848:

No firme propósito em que estava, estou e sempre estive de nada aceitar do governo, em que muito precisasse, para a publicação das minhas obras: de duas uma – ou eu arranjará meios de publicá-las independe da mesquinha e quase

irrisória coadjuvação do governo, ou não as publicava: e muito se perderia com isso. Porém estava devendo ao Serra, e era necessário pagar-lhe, achei que era melhor isso do que furtar, – aceitei: eram 300R\$. [...] Quando o Alves Branco lembrou-se de que a obra lhe devia ser dedicada, pareceu-lhe que não devia aceitar a dedicatória para que se não dissesse que fôra por motivos particulares que ele me tinha auxiliado na sua impressão: que a dedicasse ao Imperador ou a alguma das Princesas. Então não estive eu pelos autos: não tinha aceitado o dinheiro e não o aceitava com tal condição: fiz-me de pedra e cal, e disse alto e bom som que os mandava bugiar a todos eles – Serra, Alves Branco, Imperador, Princesas e os seus 300R\$; que tenho eu com eles, que me fizeram eles, que relação há entre mim e eles, que lhes fosse eu dedicar o meu trabalho de tantas noites, os meus pensamentos, os meus estudos de um ano. Demais não sou cortesão, não o quero ser, não o pretendo ser; não queria sobretudo aparecer ao público diverso do que sou. Compôs-se em fim o negócio: não se dedique a quem V. não quer, – mas também por delicadeza para com o Sr. Branco a ninguém mais se dedique. Então definitivamente aceitei. (DIAS, 1964, p. 108-10)

Se, por um lado, o poeta aceitou o dinheiro por estar devendo ao Serra e pelo acordo de não ter que dedicar o livro a ninguém; por outro, a sua afirmação de não estar disposto a aceitar nada do governo é desmentida não somente por ter efetivamente aceitado o dinheiro, mas também pelo fato de o próprio Gonçalves Dias ter escrito um requerimento ao mesmo Alves Branco, pedindo dinheiro para a publicação de uma obra sua (no próprio papel há despacho favorável ao pedido)¹⁴. Esse dado, omitido da carta a Leal, é significativo para atestar uma posição ambígua em relação às esferas oficiais. Pode-se dizer que o poeta tinha plena ciência de que a dependência era um mal necessário à sua sobrevivência, o que, por vezes, obrigava-o a fazer concessões.

É por isso que, dependente do mecanismo social do favor, Gonçalves Dias desejava livrar-se do emprego público. Participando, entre 1859 e 1861, de uma malograda Comissão Científica de Exploração, cuja missão era a de tentar encontrar recursos minerais nas regiões Norte e Nordeste, o poeta, em carta de março de 1860 ao sempre amigo Teófilo Leal, comenta a proposta do seu editor alemão, Brockhaus, de publicar uma edição de *Cantos* para o público europeu:

As minhas poesias etc. têm tido bastante aceitação lá por fora – Alemanha! França, Espanha e Portugal – O Livreiro mandou-me propor ultimamente fazer uma edição européia – por conta própria, repartindo comigo os lucros – mandame dizer também que da outra tem lá um par de cobres à minha disposição. Para o poeta isso seria a chance de ‘mandar à fava os grandalhões da nossa terra’, pois ‘será um exemplo excelente; porque enquanto o literato carece de empregos públicos – não pode haver literatura que mereça tal nome. (DIAS, 1964, p. 167)

¹³ Bernardo de Sousa Franco (1805-1875). Visconde de Sousa Franco, foi Secretário dos Negócios Estrangeiros entre maio e setembro de 1848.

¹⁴ Requerimento de Antônio Gonçalves Dias, ao Ministro do Império, Manoel Alves Branco, pedindo auxílio para publicação de uma obra sua – Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1848 (Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional I-5,16,10).

Em suma, se Gonçalves Dias, já no auge da fama, desejava se livrar da dependência do emprego público para viver apenas como literato; a própria dependência não o impediu de publicar grande parte do texto de *Meditação* nos primeiros números da *Guanabara*. Escrito entre 1845 e 1846, ainda em Caxias e em São Luiz, e, portanto, antes de o poeta entrar para a burocracia imperial, o texto, em que o poeta se refere à escravidão, foi publicado ao longo do primeiro semestre de 1850.

Antes, no entanto, de *Meditação* sair pela revista, Gonçalves Dias chegou a enviar do Rio de Janeiro, em fins de 1846, o segundo capítulo do texto para Teófilo Leal publicá-lo no suplemento literário (Arquivo) do *Jornal de Instrução e Recreio* (1845-1846). Na carta dirigida a Teófilo, de 3 de dezembro de 1846, ele escreve:

No Vapor que daqui partiu antes deste, te remeti o 2º capítulo da minha ‘Meditação’ – eu te irei mandando os outros capítulos; cortem sem dó – o que julgarem mau – ou arriscado de se imprimir. Não me importo com isso. Irei continuando com ela, e quero ver, se escrevo um capítulo em que trate dessa idéia da separação das Províncias do Norte do todo do Brasil. (DIAS, 1964, p. 68-71)

Nesse trecho da carta salta aos olhos a expressão “ou arriscado de se imprimir”, pois ela revela que o poeta tinha ciência do caráter explosivo de seu texto. Comentando tal episódio, Lúcia Miguel Pereira afirma:

O capítulo não apareceu nas páginas do Arquivo. Tê-lo-iam julgado mau os redatores? Não parece provável, sendo, como eram, admiradores quase fanáticos de Gonçalves Dias. Mais certamente os guiaria a prudência, embora mais tarde Teófilo chamasse ‘Lincoln’ a sua usina, e Antônio Henriques não se arrecesse de elogiar a *Meditação*. Talvez tivessem julgado desasado o momento para criticar uma instituição mantida pelo governo, justamente quando o poeta dependia das boas graças oficiais para obter colocação. A este não ocorreriam nunca tais considerações, em desacordo com o seu feitio independente. (PEREIRA, 1943, p. 132-3)

Desse modo, pode-se creditar ao “**seu feitio independente**”, para usar a mesma expressão de Lúcia Miguel-Pereira, o desejo de Gonçalves Dias de publicar a sua *Meditação*. Assim, foi preciso esperar até 1850, quando já era autor consagrado, pois, além do reconhecimento crítico, os *Primeiros cantos* (1846) e *Segundos cantos* (1848) já haviam caído no gosto popular, para que o texto viesse à luz pela revista *O Guanabara*. Composta em versículos e provavelmente inspirada pela *Voz do profeta* (1836-1837), de Alexandre Herculano, ou diretamente, na fonte comum, as *Palavras de um crente* (1833), de Lamennais, *Meditação* articula-se em torno do diálogo entre um jovem idealista e um velho realista:

O Brasil velho e o Brasil novo – observa Antonio Candido – se defrontam no debate inspirado, de que se ressalta vivamente a posição abolicionista, a crítica

aos processos governamentais, a aspiração de chancelar a Independência por um regime de fraternização das raças e das classes – unidas para o progresso, redimidas da mancha do cativo, operosas graças à dignificação do trabalho. (CANDIDO, 1981, p. 52)

De certa forma, ao criticar a escravidão e ainda continuar preso ao emprego público, Gonçalves Dias escapa um pouco da lógica de cumplicidade permanente que preside as relações de favor entre os escritores e a “boa sociedade” no Brasil. Nesse sentido, se para Roberto Schwarz (1988, p. 18), no “momento da prestação e da contraprestação [...] a nenhuma parte das partes interessa denunciar a outra, tendo embora a todo instante os elementos necessários para fazê-lo”, a leitura de *Meditação* pode explicitar novas possibilidades de interpretação para esse intrincado problema e, ao contrário de uma representação atenuada da escravidão, essa obra talvez seja, na verdade, uma “afronta” ao favor.

MARQUES, Wilton José. Power and the poet: favors and affronts. **Itinerários**, Araraquara, n. 22, p. 173-186, 2004.

- **ABSTRACT:** *This article examines the relations between the intellectuals and the State, especially in the course of the Second Government in Brazil. The explanations for these relations arise from the contradictions between the process of insertion of the romantic poet Antonio Gonçalves Dias in the bureaucracy of a proslavery State and his criticism to slavery in his book “Meditação”.*
- **KEYWORDS:** *Gonçalves Dias; Romanticism; favor; power.*

Referências

- ASSIS, M. de. Dom Casmurro. In: _____. **Obra completa**. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v.1.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite imperial brasileira, teatro de sombras, a polícia imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DIAS, A. G. Correspondência ativa. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.84, 1964.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, A H. **Antônio Gonçalves Dias**: notícia da sua vida e obras. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

LOPES, H. **A divisão das águas**: contribuição ao estudo das revistas românticas “Minerva Brasiliense” (1843-1845) e “Guanabara” (1849-1856). São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MATOS, I. R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, J. de. **Gonçalves Dias**: vida e obra. São Luís: Alumar, 1998.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, L. M. **A vida de Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.

RONCARI, L. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. São Paulo: Ed. USP, 1995.

SCWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

■ ■ ■